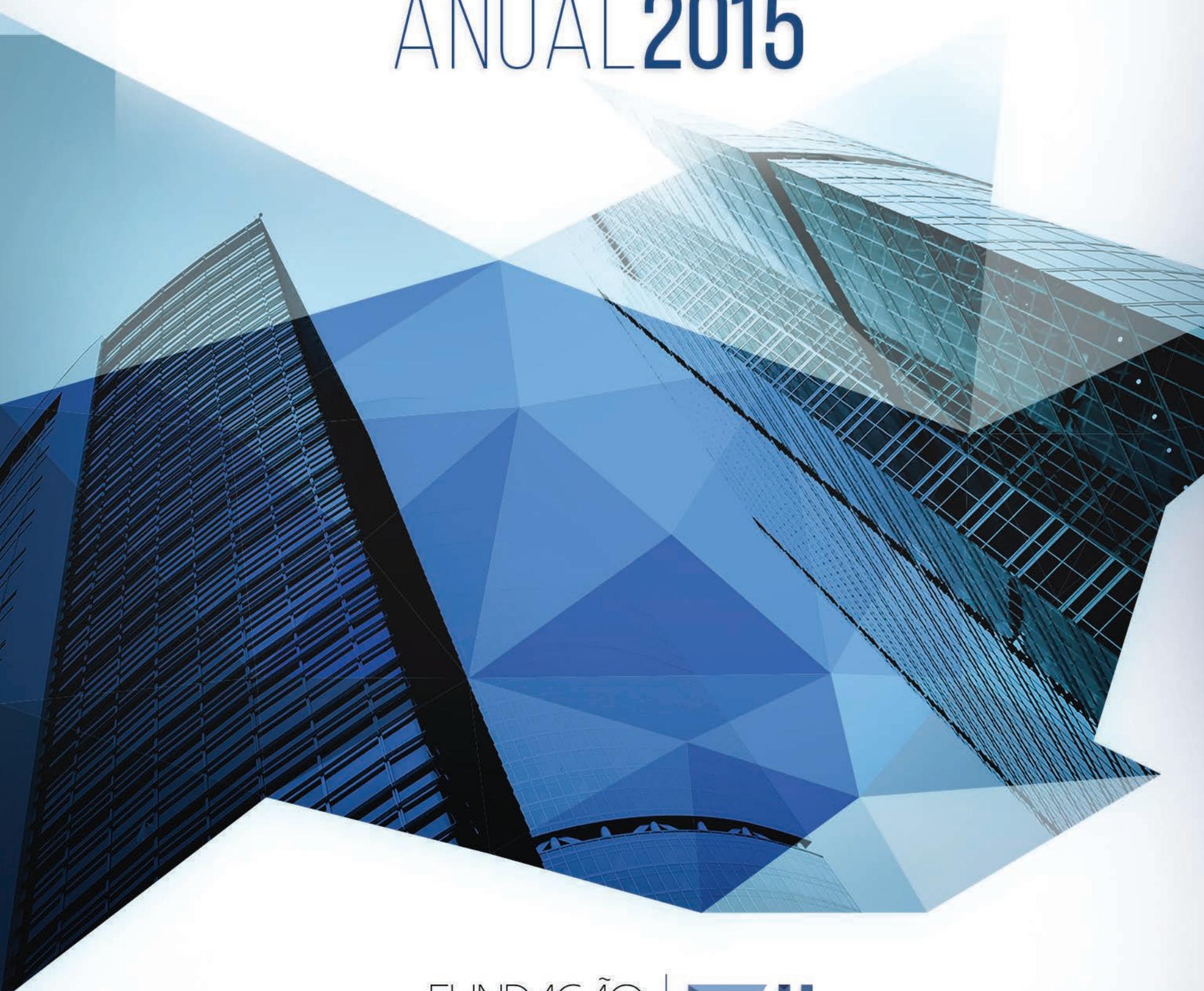


RELATÓRIO ANUAL **2015**



FUNDAÇÃO
ITAÚSA
INDUSTRIAL



CAPÍTULO 1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Próxima

Anterior



SUMÁRIO

Próxima

Anterior

Clique no nome do capítulo desejado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	9
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS	10
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	15
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	17
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014




ATIVO	2015			2014		
	PLANOS		Consolidado	PLANOS		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
DISPONÍVEL	17	190	207	24	69	93
REALIZÁVEL	235.140	2.053.357	2.288.497	250.698	1.869.971	2.120.669
Gestão Previdencial	-	-	-	-	279	279
Gestão Administrativa	154	137	291	140	168	308
Investimentos	234.986	2.053.220	2.288.206	250.558	1.869.524	2.120.082
Créditos Privados e Depósitos (Nota 5 b III)	511	65.034	65.545	1.004	57.686	58.690
Fundos de Investimento (Nota 5 b III)	230.291	1.982.135	2.212.426	245.531	1.804.493	2.050.024
Empréstimos e Financiamentos (Nota 5 b III)	-	6.051	6.051	-	7.345	7.345
Depósitos Judiciais/Recursais (Nota 5 c)	4.184	-	4.184	4.023	-	4.023
PERMANENTE	-	33	33	-	37	37
Imobilizado	-	28	28	-	37	37
Intangível	-	5	5	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	235.157	2.053.580	2.288.737	250.722	1.870.077	2.120.799

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	2015			2014		
	PLANOS		Consolidado	PLANOS		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
EXIGÍVEL OPERACIONAL <i>(Nota 6)</i>	780	1.507	2.287	813	1.796	2.609
Gestão Previdencial	452	570	1.022	485	546	1.031
Gestão Administrativa	176	797	973	188	848	1.036
Investimentos	152	140	292	140	402	542
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.637	-	3.637	3.369	-	3.369
Investimentos <i>(Nota 7 a)</i>	3.637	-	3.637	3.369	-	3.369
PATRIMÔNIO SOCIAL	230.740	2.052.073	2.282.813	246.540	1.868.281	2.114.821
Patrimônio de Cobertura do Plano	205.779	1.463.870	1.669.649	200.227	1.350.290	1.550.517
Provisões Matemáticas <i>(Nota 8 b)</i>	153.785	1.463.870	1.617.655	148.101	1.350.290	1.498.391
Benefícios Concedidos	134.338	270.525	404.863	129.944	215.321	345.265
Benefícios a Conceder	19.447	1.193.345	1.212.792	18.157	1.134.969	1.153.126
Equilíbrio Técnico	51.994	-	51.994	52.126	-	52.126
Resultados Realizados	51.994	-	51.994	52.126	-	52.126
Superávit Técnico Acumulado <i>(Nota 9)</i>	51.994	-	51.994	52.126	-	52.126
Reserva de Contingência	30.296	-	30.296	37.025	-	37.025
Reserva Especial	21.698	-	21.698	15.101	-	15.101
Fundos <i>(Nota 10)</i>	24.961	588.203	613.164	46.313	517.991	564.304
Fundos Previdenciais	24.803	585.878	610.681	46.178	515.844	562.022
Fundos Administrativos	158	2.325	2.483	135	2.147	2.282
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	235.157	2.053.580	2.288.737	250.722	1.870.077	2.120.799




As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – CONSOLIDADO



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.114.821	1.989.991	6,3%
1. Adições	306.354	259.110	18,2%
(+) Contribuições Previdenciais	14.137	12.651	11,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	287.290	240.810	19,3%
(+) Receitas Administrativas	4.520	5.376	-15,9%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	407	273	49,1%
2. Destinações	(138.362)	(134.280)	3,0%
(-) Benefícios	(118.345)	(106.432)	11,2%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(15.291)	(22.956)	-33,4%
(-) Despesas Administrativas	(4.708)	(4.881)	-3,5%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	(18)	(11)	63,6%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	167.992	124.830	34,6%
(+/-) Provisões Matemáticas	119.264	92.214	29,3%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(132)	(1.016)	-87,0%
(+/-) Fundos Previdenciais	48.659	32.875	48,0%
(+/-) Fundos Administrativos	201	757	-73,4%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.282.813	2.114.821	7,9%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO BD



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	246.540	262.419	-6,1%
1. Adições	42.620	31.807	34,0%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	42.068	31.299	34,4%
(+) Receitas Administrativas	529	491	7,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	23	17	35,3%
2. Destinações	(58.420)	(47.686)	22,5%
(-) Benefícios	(48.827)	(44.049)	10,8%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(9.064)	(3.146)	288,1%
(-) Despesas Administrativas	(529)	(491)	7,7%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(15.800)	(15.879)	-0,5%
(+/-) Provisões Matemáticas	5.684	6.951	-18,2%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(132)	(1.016)	-87,0%
(+/-) Fundos Previdenciais	(21.375)	(21.831)	-2,1%
(+/-) Fundos Administrativos	23	17	35,3%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	230.740	246.540	-6,4%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO PAI



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.868.281	1.727.572	8,1%
1. Adições	263.734	227.303	16,0%
(+) Contribuições Previdenciais	14.137	12.651	11,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	245.222	209.511	17,0%
(+) Receitas Administrativas	3.991	4.885	-18,3%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	384	256	50,0%
2. Destinações	(79.942)	(86.594)	-7,7%
(-) Benefícios	(69.518)	(62.383)	11,4%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.227)	(19.810)	-68,6%
(-) Despesas Administrativas	(4.179)	(4.390)	-4,8%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(18)	(11)	63,6%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	183.792	140.709	30,6%
(+/-) Provisões Matemáticas	113.580	85.263	33,2%
(+/-) Fundos Previdenciais	70.034	54.706	28,0%
(+/-) Fundos Administrativos	178	740	-75,9%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.052.073	1.868.281	9,8%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - CONSOLIDADO



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.282	1.525	49,64%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.927	5.649	-12,78%
1.1. Receitas	4.927	5.649	-12,78%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.334	3.117	-25,12%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.163	2.233	-3,13%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	23	26	-11,54%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	407	273	49,08%
2. Despesas Administrativas	4.708	4.881	-3,54%
2.1. Administração Previdencial	2.937	2.978	-1,38%
Pessoal e encargos	1.230	1.151	6,86%
Treinamentos/congressos e seminários	39	78	-50,00%
Viagens e estadias	1	4	-75,00%
Serviços de terceiros	742	626	18,53%
Despesas gerais	521	682	-23,61%
Depreciações e amortizações	10	8	25,00%
Tributos	250	270	-7,41%
Outras Despesas	144	159	-9,43%
2.2. Administração dos Investimentos	1.771	1.903	-6,94%
Pessoal e encargos	768	743	3,36%
Treinamentos/congressos e seminários	25	28	-10,71%
Serviços de terceiros	340	416	-18,27%
Despesas gerais	637	710	-10,28%
Outras Despesas	1	6	-83,33%
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(18)	(11)	63,64%
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	201	757	-73,45%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	201	757	-73,45%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.483	2.282	8,81%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO BD



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	135	118	14,4%
1. Custeio da Gestão Administrativa	552	508	8,66%
1.1. Receitas	552	508	8,66%
Custeio Administrativo dos Investimentos	529	491	7,74%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	23	17	35,29%
2. Despesas Administrativas	529	491	7,77%
2.1. Administração Previdencial	391	360	8,65%
2.1.1. Despesas Comuns	340	132	157,58%
2.1.2. Despesas Específicas	51	228	-77,57%
Serviços de terceiros	-	176	-100,00%
Despesas gerais	2	5	-60,00%
Tributos	26	24	8,33%
Outras Despesas	23	23	0,64%
2.2. Administração dos Investimentos	138	131	5,34%
2.2.1. Despesas Comuns	95	88	7,95%
2.2.2. Despesas Específicas	43	43	0,00%
Serviços de terceiros	1	-	-100,00%
Despesas gerais	42	43	-2,33%
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2)	23	17	34,43%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	23	17	34,43%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	158	135	16,93%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO PAI



DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.147	1.407	52,59%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.375	5.141	-14,90%
1.1. Receitas	4.375	5.141	-14,90%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.334	3.117	-25,12%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.634	1.742	-6,20%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	23	26	-11,54%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	384	256	50,00%
2. Despesas Administrativas	4.179	4.390	-4,81%
2.1. Administração Previdencial	2.546	2.618	-2,75%
2.1.1. Despesas Comuns	2.171	1.987	9,26%
2.1.2. Despesas Específicas	375	631	-40,57%
Treinamentos/congressos e seminários	1	-	0,00%
Viagens e estadias	-	4	-100,00%
Serviços de terceiros	-	37	-100,00%
Despesas gerais	20	215	-90,70%
Depreciações e amortizações	10	8	25,00%
Tributos	224	247	-9,31%
Outras Despesas	120	120	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	1.633	1.772	-7,84%
2.2.1. Despesas Comuns	1.292	1.423	-9,21%
2.2.2. Despesas Específicas	341	349	-2,29%
Serviços de terceiros	8	19	-57,89%
Despesas gerais	333	330	0,91%
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(18)	(11)	63,64%
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	178	740	-75,95%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	178	740	-75,95%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.325	2.147	8,29%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO BD



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	235.157	250.722	-6,21%
<i>Disponível</i>	17	24	-29,17%
<i>Recebível</i>	154	140	10,34%
<i>Investimento</i>	234.986	250.558	-6,21%
Créditos Privados e Depósitos	511	1.004	-49,10%
Fundos de Investimento	230.291	245.531	-6,21%
Depósitos Judiciais/Recurais	4.184	4.023	4,00%
2. Obrigações	4.417	4.182	5,62%
Operacional	780	813	-4,06%
Contingencial	3.637	3.369	7,95%
3. Fundos não Previdenciais	158	135	17,04%
Fundos Administrativos	158	135	17,04%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	230.582	246.405	-6,42%
Provisões Matemáticas	153.785	148.101	3,84%
Superávit Técnico	51.994	52.126	-0,25%
Fundos Previdenciais	24.803	46.178	-46,29%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	51.994	52.126	-0,25%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	51.994	52.126	-0,25%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO PAI



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	2.053.580	1.870.077	9,81%
<i>Disponível</i>	190	69	175,36%
<i>Recebível</i>	137	447	-69,35%
<i>Investimento</i>	2.053.220	1.869.524	9,83%
Créditos Privados e Depósitos	65.034	57.686	12,74%
Fundos de Investimento	1.982.135	1.804.493	9,84%
Empréstimos e Financiamentos	6.051	7.345	-17,62%
<i>Permanente</i>	33	37	-10,81%
2. Obrigações	1.507	1.796	-16,09%
<i>Operacional</i>	1.507	1.796	-16,09%
3. Fundos não Previdenciais	2.325	2.147	8,29%
Fundos Administrativos	2.325	2.147	8,29%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.049.748	1.866.134	9,84%
Provisões Matemáticas	1.463.870	1.350.290	8,41%
Fundos Previdenciais	585.878	515.844	13,58%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – CONSOLIDADO



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.112.539	1.988.466	6,2%
1. Adições	303.761	256.578	18,4%
(+) Contribuições	16.471	15.768	4,5%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	287.290	240.810	19,3%
2. Destinações	(135.970)	(132.505)	2,6%
(-) Benefícios	(118.345)	(106.432)	11,2%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(15.291)	(22.956)	-33,4%
(-) Custeio Administrativo	(2.334)	(3.117)	-25,1%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	167.791	124.073	35,2%
(+/-) Provisões Matemáticas	119.264	92.214	29,3%
(+/-) Fundos Previdenciais	48.659	32.875	48,0%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(132)	(1.016)	-87,0%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.280.330	2.112.539	7,9%
C) Fundos não previdenciais	2.483	2.282	8,8%
(+/-) Fundos Administrativos	2.483	2.282	8,8%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO BD



Em milhares de reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	246.405	262.301	-6,1%
1. Adições	42.068	31.299	34,4%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	42.068	31.299	34,4%
2. Destinações	(57.891)	(47.195)	22,7%
(-) Benefícios	(48.827)	(44.049)	10,8%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(9.064)	(3.146)	188,1%
(-) 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(15.823)	(15.896)	-0,5%
(+/-) Provisões Matemáticas	5.684	6.951	-18,2%
(+/-) Fundos Previdenciais	(21.375)	(21.831)	-2,1%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(132)	(1.016)	-87,0%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	230.582	246.405	-6,4%
C) Fundos não previdenciais	158	135	17,0%
(+/-) Fundos Administrativos	158	135	17,0%



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO PAI



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.866.134	1.726.165	8,1%
1. Adições	261.693	225.279	16,2%
(+) Contribuições	16.471	15.768	4,5%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	245.222	209.511	17,0%
2. Destinações	(78.079)	(85.310)	-8,5%
Benefícios	(69.518)	(62.383)	11,4%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.227)	(19.810)	-68,6%
(-) Custeio Administrativo	(2.334)	(3.117)	-25,1%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	183.614	139.969	31,2%
Provisões Matemáticas	113.580	85.263	33,2%
(+/-) Fundos Previdenciais	70.034	54.706	28,0%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.049.748	1.866.134	9,8%
C) Fundos não previdenciais	2.325	2.147	8,3%
(+/-) Fundos Administrativos	2.325	2.147	8,3%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO BD



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	234.823	250.399	-6,2%
1. Provisões Matemáticas	153.785	148.101	3,8%
1.1. Benefícios Concedidos	134.338	129.944	3,4%
Benefício Definido	134.338	129.944	3,4%
1.2. Benefício a Conceder	19.447	18.157	7,1%
Benefício Definido	19.447	18.157	7,1%
2. Equilíbrio Técnico	51.994	52.126	-0,3%
2.1. Resultados Realizados	51.994	52.126	-0,3%
Superávit Técnico Acumulado	51.994	52.126	-0,3%
Reserva de Contingência	30.296	37.025	-18,2%
Reserva para Revisão de Plano	21.698	15.101	43,7%
3. Fundos	24.803	46.178	-46,3%
3.1. Fundos Previdenciais	24.803	46.178	-46,3%
4. Exigível Operacional	604	625	-3,4%
4.1. Gestão Previdencial	452	485	-6,8%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	152	140	8,6%
5. Exigível Contingencial	3.637	3.369	8,0%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.637	3.369	8,0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 – PLANO PAI



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.050.458	1.867.082	9,8%
1. Provisões Matemáticas	1.463.870	1.350.290	8,4%
1.1. Benefícios Concedidos	270.525	215.321	25,6%
Contribuição Definida	270.525	215.321	25,6%
1.2. Benefício a Conceder	1.193.345	1.134.969	5,1%
Contribuição Definida	1.193.345	1.134.969	5,1%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	722.226	694.771	4,0%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	471.119	440.198	7,0%
3. Fundos	585.878	515.844	13,6%
3.1. Fundos Previdenciais	585.878	515.844	13,6%
4. Exigível Operacional	710	948	-25,1%
4.1. Gestão Previdencial	570	546	4,4%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	140	402	-65,2%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM MILHARES DE REAIS)

Próxima

Anterior

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

(A) CONSTITUIÇÃO

A Fundação Itaúsa Industrial (“Fundação”), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com sede na Av. Paulista, 1.938, 17º andar, Bela Vista, São Paulo, autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência Social pela Portaria nº 1.618, de 16 de novembro de 1994 com a denominação Aricanduva Previdência S/C, cuja razão social foi alterada para Fundação Itaúsa Industrial, conforme a Portaria da Secretaria de Previdência Complementar nº 862, de 18 de maio de 2001, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo em reuniões realizadas nos dias 04 e 07 de março de 2016, respectivamente.

(B) FINALIDADE

A Fundação tem como objetivo a instituição, administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário nas formas disciplinadas em seu Estatuto Social, Regulamentos dos planos de benefícios e a legislação vigente.

Os recursos para custeio dos planos de benefícios atualmente em vigor, Plano de Benefício Definido (“Plano BD”) e Plano de Benefícios de Contribuição Definida (“Plano PAI”), provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos das aplicações dessas contribuições nos ativos autorizados pelo órgão governamental competente.

O Plano BD, do tipo benefício definido, é um plano em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes e tem por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia, destina-se a complementar, nos termos de seu respectivo regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social.

O Plano PAI, do tipo contribuição definida, tem por finalidade a concessão de benefício de caráter previdenciário na forma de renda mensal por tempo determinado, independente da concessão do benefício de aposentadoria pela Previdência Social, sendo que a renda mensal dos benefícios concedidos é apurada na data de concessão do benefício, com base no saldo de conta total, conforme regulamento do plano, que é formado por contribuições do próprio participante, da patrocinadora à qual estiver vinculado e pelos rendimentos das aplicações financeiras, motivo pelo qual este tipo de plano não apresenta risco atuarial.

Próxima

Anterior

C PATROCINADORAS

São entendidas como patrocinadoras as sociedades que celebrem Convênio de Adesão com o plano de benefícios. Em 31 de dezembro de 2015 os planos de benefícios administrados pela Fundação possuíam as seguintes patrocinadoras:

Plano BD – CNPB 19.790.037-18	Plano PAI – CNPB 20.010.017-38
Duratex S.A.	Duratex S.A.
Duratex Empreendimentos Ltda.	Duratex Empreendimentos Ltda.
Duratex Florestal Ltda.	Duratex Florestal Ltda.
Fundação Itaúsa Industrial	Elekeiroz S.A.
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Fundação Itaúsa Industrial
Itautec S.A.	Itaúsa Empreendimentos S.A.
Itautec.Com Serviços S.A.	Itautec S.A.
Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.	Itautec.Com Serviços S.A.
	Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

D PARTICIPANTES

Os participantes são todos os funcionários, administradores, ex-funcionários e ex-administradores de suas patrocinadoras que fizeram a opção aos planos de benefícios oferecidos.

Abaixo demonstramos a posição de participantes e assistidos por patrocinadora e planos de benefícios:

Patrocinadoras	2015			2014		
	Planos		Total	Planos		Total
	BD	PAI		BD	PAI	
ATIVOS	44	5.702	5.746	48	6.222	6.270
Duratex S.A. e controladas	43	5.200	5.243	47	5.667	5.714
Elekeiroz S.A.	-	422	422	-	455	455
Fundação Itaúsa Industrial	-	10	10	-	10	10
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	31	31	-	23	23
Itautec S.A. e controladas	1	39	40	1	67	68
ASSISTIDOS	510	457	967	522	385	907
Duratex S.A. e controladas	446	322	768	457	280	737
Elekeiroz S.A.	-	10	10	-	5	5
Itaúsa Empreendimentos S.A.	5	2	7	5	2	7
Itautec S.A. e controladas	59	123	182	60	98	158
VINCULADOS	65	3.197	3.262	64	3.112	3.176
Duratex S.A. e controladas	32	1.023	1.055	31	780	811
Elekeiroz S.A.	-	35	35	-	14	14
Fundação Itaúsa Industrial	-	4	4	-	4	4
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	10	10	-	9	9
Itautec S.A. e controladas	33	2.125	2.158	33	2.305	2.338
Total	619	9.356	9.975	634	9.719	10.353

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução PREVIC/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, Resolução CNPC nº 12, de 30 de agosto de 2013, que altera a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011; Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.



A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com os itens 60 - 65 da NBC TG 26.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas de forma segregada por Plano de Benefícios e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

(A) ATIVO REALIZÁVEL

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS, AÇÕES, FUNDOS DE INVESTIMENTO E DERIVATIVOS

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- a) **Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;





b) Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, e as variações estão sendo reconhecidas no resultado dos investimentos.

As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.



II. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos aos participantes ativos são remunerados pelo índice de referência ou meta atuarial do plano de benefícios, acrescidos de juros de 1,15% a.a. e taxa de administração de 0,35% a.a. A Provisão de Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa (PDD) é constituída, se necessária, com base na avaliação do risco de crédito efetuada pela Entidade e por consulta aos assessores jurídicos.

B ATIVO PERMANENTE

É composto por Ativos Imobilizado e Intangível, sendo o imobilizado demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, e o Intangível demonstrado ao custo de aquisição e amortização por tempo determinado. Ambos tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA

- **10% a.a. para Móveis e Utensílios;**
- **20% a.a. para Equipamentos de Informática;**
- **60 meses para Ativo Intangível.**

C EXIGÍVEL OPERACIONAL

São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos. Essas obrigações são segregadas por Gestão Previdencial, Administrativa e Investimentos.

D EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e contribuições administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

F REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS,

Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas São escrituradas pelo regime contábil de competência. As Rendas/Variações Positivas de dividendos, as bonificações e os juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

G IMPOSTO DE RENDA

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

H PIS/COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e, considerando que a Fundação administra dois planos de benefícios, os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeados através de contribuições dos Participantes e Patrocinadoras (Plano PAI) e por transferência de rentabilidade dos Investimentos (Plano BD), conforme Planejamento Orçamentário e de Custeio Administrativo da Fundação, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que também especifica que parte das despesas administrativas previdenciais serão rateadas para as despesas da administração de investimentos, de acordo com o seguinte critério:



Despesas Administrativas	% Alocação entre Gestões	Critério de Rateio entre Planos
1. Administração Previdencial		
1.1.Despesas Comuns	60%	Nº de participantes
Pessoal e encargos		
Treinamentos/Congressos e Seminários		
Viagens e estadias		
Serviços de terceiros		
Despesas gerais		
Outras Despesas		
1.2.Despesas Específicas		não há rateio
Pessoal e encargos		
Treinamentos/Congressos e Seminários		
Viagens e estadias		
Serviços de terceiros		
Despesas gerais		
Depreciações e amortizações		
Tributos		
Outras Despesas		
2. Administração dos Investimentos		
1.1.Despesas Comuns	40%	Patrimônio do Plano
Pessoal e encargos		
Treinamentos/Congressos e Seminários		
Viagens e estadias		
Serviços de terceiros		
Despesas gerais		
Outras Despesas		
2.2.Despesas Específicas		não há rateio
Pessoal e encargos		
Treinamentos/Congressos e Seminários		
Viagens e estadias		
Serviços de terceiros		
Despesas gerais		




As despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos, sendo que os custos comuns são rateados em função do patrimônio de cada plano.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de contribuições específicas e receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.



NOTA 5 – INVESTIMENTOS

(A) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS



A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A gestão dos investimentos dos planos e do PGA são realizadas por meio da Segregação Real dos Ativos.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA:

Patrocinadoras	2015			2014		
	Plano BD	Plano PAI	Total	Plano BD	Plano PAI	Total
Créditos Privados e Depósitos	511	65.034	65.545	1.004	57.686	58.690
Fundos de Investimento	230.291	1.982.135	2.212.426	245.531	1.804.493	2.050.024
Empréstimos e Financiamentos	-	6.051	6.051	-	7.345	7.345
Depósitos judiciais/recursais	4.184	-	4.184	4.023	-	4.023
TOTAL	234.986	2.053.220	2.288.206	250.558	1.869.524	2.120.082

(B) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, possuindo o Itaú Unibanco e outras Instituições Financeiras, como agentes de custódia, de acordo com a legislação em vigor.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, tipo de carteira e segmento dos Títulos e Valores.

I. TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Estão registrados a valor de mercado, em consonância com os limites e riscos estabelecidos na Política de Investimentos da Entidade.



Plano BD	2015		2014	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Debêntures não Conversíveis	284	284	799	799
Debêntures Conversíveis em Ações	227	227	205	205
Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos	82.670	82.670	111.415	111.415
Total	83.181	83.181	112.419	112.419

Plano BD	2015		2014	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Debêntures Conversíveis em Ações	1.092	1.092	989	989
Letras Financeiras	63.942	63.942	56.697	56.697
Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos	1.944.112	1.944.112	1.766.911	1.766.911
Fundos de Investimentos em Ações	38.023	38.023	37.582	37.582
Total	2.047.169	2.047.169	1.862.179	1.862.179

Os títulos classificados como “para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco e o indexador.

I. TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

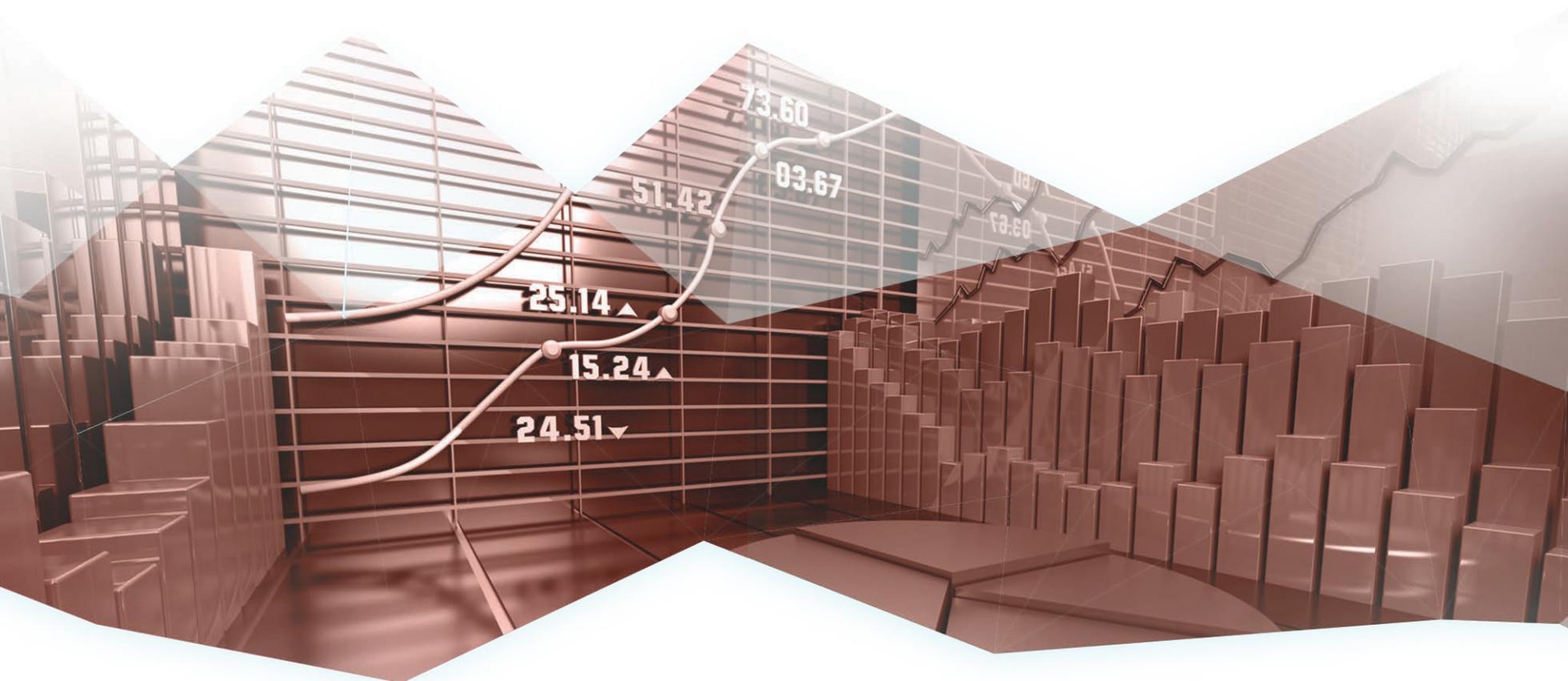
A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os seguintes títulos:

Plano BD	2015		2014	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Fundos de Investimentos Financeiros	147.621	129.497	134.116	127.783
NTN-B	134.014	116.926	122.421	116.733
LETRAS FINANCEIRAS (LF)	13.607	12.571	11.695	11.050
Total	147.621	129.497	134.116	127.783

O quadro abaixo mostra o acompanhamento das Notas do Tesouro Nacional série B mantidas até o vencimento e informadas à PREVIC conforme Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014:



Ativo	Vencimento	Custo	Mercado
NTN-B	15/08/2016	2.350	2.340
NTN-B	15/05/2017	6.952	6.865
NTN-B	15/08/2020	7.017	6.572
NTN-B	15/08/2020	2.787	2.707
NTN-B	15/08/2022	9.301	8.486
NTN-B	15/08/2022	2.784	2.654
NTN-B	15/08/2024	32.555	28.886
NTN-B	15/08/2030	7.676	6.565
NTN-B	15/08/2030	13.705	11.743
NTN-B	15/08/2035	17.770	14.629
NTN-B	15/08/2040	703	578
NTN-B	15/08/2040	9.516	7.811
NTN-B	15/08/2045	7.277	5.867
NTN-B	15/08/2050	13.821	11.220
TOTAL		134.014	116.926



III. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR VENCIMENTO




Plano BD	Vencimento				Total	
	Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2015
Créditos Privados e Depósitos	-	-	511	-	511	1.004
Cias Abertas - Debêntures não conversíveis	-	-	284	-	284	799
Patrocinadores - Debêntures conversíveis	-	-	227	-	227	205
Fundos de Investimento	176	32.845	77.237	120.033	230.291	245.531
<i>Fundos Exclusivos</i>	-	32.845	77.237	120.033	230.115	245.351
<i>Notas do Tesouro Nacional - série B</i>	-	15.318	38.181	120.033	173.532	146.685
<i>Letras Financeiras do Tesouro</i>	-	-	3.843	-	3.843	41.152
<i>Letras Financeiras</i>	-	7.907	23.760	-	31.667	27.422
<i>Letras do Tesouro Nacional</i>	-	-	11.221	-	11.221	20.846
<i>Certificados do Depósitos Bancários</i>	-	9.283	-	-	9.283	8.144
<i>Debêntures</i>	-	342	-	-	342	684
<i>Fundos de Investimento - FIDC</i>	-	-	232	-	232	420
<i>Contas a pagar/receber</i>	-	(5)	-	-	(5)	(2)
<i>Fundo PGA</i>	-	-	-	-	176	180
TOTAL	176	32.845	77.748	120.033	230.802	248.521

III. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR VENCIMENTO

PLANO PAI	Vencimento				Total	
	Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2015
Créditos Privados e Depósitos	-	-	31.212	33.822	65.034	57.686
Letras Financeiras	-	-	30.120	33.822	63.942	56.697
Patrocinadores - Debêntures não conversíveis	-	-	1.092	-	1.092	989
Fundos de Investimento	81.694	999.900	889.695	10.846	1.982.135	1.804.493
<i>Fundos Exclusivos</i>	5.362	999.900	889.695	10.846	1.905.803	1.721.867
Letras Financeiras	-	329.328	399.606	9.236	738.170	614.413
Operações Compromissadas	-	566.392	-	-	566.392	630.258
Letras do Tesouro Nacional	-	47.298	103.739	-	151.037	264.554
Letras Financeiras do Tesouro	-	8.886	328.943	-	337.829	84.867
Termo	-	28.856	-	-	28.856	40.177
Certificados de Depósitos Bancários	-	10.660	13.563	841	25.064	35.694
Debêntures	-	4.833	23.789	-	28.622	22.240
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	14.228	769	14.997	18.604
Fundos de Investimentos - FIDC	5.362	-	5.827	-	11.189	7.590
DPGE	-	3.671	-	-	3.671	3.210
Opções	-	1	-	-	1	381
Contas a pagar/receber	-	(25)	-	-	(25)	(121)
<i>Fundos Abertos</i>	38.309	-	-	-	38.309	45.044
<i>Fundos de Investimento em Ações</i>	38.023	-	-	-	38.023	37.582
Empréstimos e Financiamentos	-	1.915	4.136	-	6.051	7.345
TOTAL	81.694	1.001.815	925.043	44.668	2.053.220	1.869.524

Próxima

Anterior

IV. RENDA FIXA

Descrição	Planos		TOTAL	
	Plano BD	Plano PAI	31/12/2015	31/12/2014
Créditos Privados e Depósitos	511	65.034	65.545	58.690
Patrocinadoras - Debêntures conversíveis	227	1.092	1.319	1.194
Cias Abertas - Debêntures não conversíveis	284	63.942	64.226	57.496
Fundos de Investimento	230.291	1.944.112	2.174.403	2.012.442
<i>Fundos Exclusivos</i>	230.291	1.908.747	2.139.038	1.967.218
Nashira Prev. Multimercado FI	176	911.622	911.798	815.839
FI RF Crédito Privado Itaúsa Industrial	-	690.056	690.056	636.339
Cartagena Prev. Multimercado FI	230.115	-	230.115	245.351
Star FI Multimercado Crédito Privado	-	172.709	172.709	166.639
Newport News WAM FI Multimercado	-	134.360	134.360	103.050
<i>Fundos Abertos</i>	-	35.365	35.365	45.224
Bradesco FI Renda Fixa IMA-B	-	35.365	35.365	21.206
HSBC FI Regimes Previdenciários	-	-	-	21.065
Itaú Active Fix IB Multimercado FI	-	-	-	2.953
TOTAL	230.802	2.009.146	2.239.948	2.071.132




V. RENDA VARIÁVEL

Descrição	Planos		TOTAL	
	Plano BD	Plano PAI	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de Ações	-	38.023	38.023	37.582
BTG Absoluto Institucional FIA	-	29.498	29.498	27.681
Itaú Personnalité Momento 30 Ações	-	7.170	7.170	6.001
Itaú Personnalité Momento Ações	-	1.355	1.355	1.996
Itaú RPI Ações Ibovespa	-	-	-	1.904
TOTAL	-	38.023	38.023	37.582

C DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS

Referem-se aos depósitos judiciais de PIS, IPTU, IPMF e CPMF. Abaixo, a posição dos depósitos judiciais:

Descrição	Depósito		Juros		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
PIC EC 10/96	149	149	535	478	684	627
PIS EC 17/97	489	489	1.733	1.576	2.222	2.065
IPTU	190	190	94	224	284	414
IPMF	18	18	14	13	32	31
CPMF	237	237	725	649	962	836
TOTAL	1.083	1.083	3.101	2.940	4.184	4.023

Próxima

Anterior

NOTA 6 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

A GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

Corresponde à provisão de imposto de renda retido sobre os pagamentos de benefícios concedidos e contas a pagar dos gastos operacionais da Fundação.

B INVESTIMENTOS

Corresponde ao IOF a recolher retido das operações com participantes e as provisões de reembolso entre planos, proveniente da transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

NOTA 7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são avaliadas de acordo com as determinações contidas na NPC nº 22, do IBRACON. Tanto as contingências ativas como as passivas, são avaliadas pela Administração de forma individualizada, com base na opinião de seus consultores jurídicos. No caso das contingências ativas, as mesmas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possa mensurar com razoável segurança.

Referem-se às provisões e depósitos judiciais de IPMF, IRRF, PIS e IPTU. Abaixo a posição das provisões contingenciais:



Descrição	Provisão		Juros		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Provisões s/ Depósito Judicial	253	253	162	130	415	383
IRRF	253	253	162	130	415	383
Provisões c/ Depósito Judicial	842	842	2.380	2.144	3.222	2.986
PIS EC 10/96	149	149	535	478	684	627
PIS EC 17/97	489	489	1.733	1.576	2.222	2.065
IPTU	186	186	98	77	284	263
IPMF	18	18	14	13	32	31
TOTAL	1.095	1.095	2.542	2.274	3.637	3.369

NOTA 8 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pelos atuários da empresa Willis Towers Watson (atual denominação da Towers Watson Consultoria Ltda.), cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando as características peculiares do Estatuto Social e Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

II. PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

B DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS



Descrição	2015			2014		
	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	Plano BD	Plano PAI	TOTAL
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	134.338	270.525	404.863	129.944	215.321	345.265
Saldo de Contas dos Assistidos	-	270.525	270.525	-	215.321	215.321
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	132.740	-	132.740	128.098	-	128.098
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	1.598	-	1.598	1.846	-	1.846
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	19.447	1.193.345	1.212.792	18.157	1.134.969	1.153.126
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Inst.	-	722.226	722.226	-	694.771	694.771
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	471.119	471.119	-	440.198	440.198
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	19.369	-	19.369	18.081	-	18.081
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	78	-	78	76	-	76
Total do Exigível Atuarial	153.785	1.463.870	1.617.655	148.101	1.350.290	1.498.391

I. PLANO BD



	2015	2014
Hipóteses Econômicas		
Taxa real anual de juros	4,63%	4,50%
Projeção do crescimento real de salário	2,27%	2,27%
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0%	0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do Plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%
Hipóteses Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua entrada em invalidez	RRB-1944 modificada ²	RRB-1944 modificada ²
Tábua de rotatividade	Experiência Fundação Itaúsa Industrial ajustada	Experiência Fundação Itaúsa Industrial ajustada

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo.

² RRB-1944 modificada, suavizada em 70%.

CÁLCULO DA TAXA REAL ANUAL DE JUROS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

A taxa real anual de juros de 4,63% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25/12/2015.

De acordo com a referida metodologia a *Duration* do Passivo do Plano BD resultou em 9,21 anos (9,70 anos em 2014).

Próxima

Anterior

II. PLANO PAI

Para esse Plano, as hipóteses atuariais não são aplicáveis, uma vez que seu benefício de aposentadoria programável é composto por contribuições do participante e das patrocinadoras, acrescidas dos rendimentos financeiros.

NOTA 9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2015	2014	Varição
Plano BD	51.994	52.126	(132)
Reserva de Contingência	30.296	37.025	(6.729)
Reserva Especial para Revisão de Plano	21.698	15.101	6.597

(A) RESERVA DE CONTINGÊNCIA

O resultado superavitário do plano de benefício (Plano BD) obtido em 2015 e destinado à constituição de reserva de contingência representa 19,70% da totalidade das Reservas Matemáticas do referido Plano. Este percentual é formado pela *Duration* do Passivo de 2014 (9,70%), adicionado o limite de 10%, conforme Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.

(B) RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes formaram a Reserva Especial para Revisão de Plano, de acordo com a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. O montante de R\$ 21.698 refere-se à formação de Reserva Especial do período de 2013 a 2015, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2013	2014	2015	TOTAL
Reserva Especial para Revisão de Plano	2.908	12.193	6.597	21.698

NOTA 10 – FUNDOS



Descrição	2015	2014	Constituição/Reversão
Fundos Previdenciais	610.681	562.022	48.659
Plano BD	24.803	46.178	(21.375)
Plano PAI	585.878	515.844	70.034
Fundos Administrativos	2.483	2.282	201
Plano BD	158	135	23
Plano PAI	2.325	2.147	178
Total Fundos	613.164	564.304	48.860



(A) FUNDOS PREVIDENCIAIS

PLANO BD

I. Constituído em 2010, para atendimento ao disposto no art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com a finalidade de destinar parte da reserva especial para revisão de plano, de acordo com a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, e aprovada pela Portaria nº 36, de 25 de janeiro de 2013.

II. O processo de destinação prevê a reversão de valores aos participantes e patrocinadores, sendo que os valores destinados aos participantes e patrocinadores foram definidos conforme estabelecido no art. 15 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

III. A proporção dos valores atribuíveis aos patrocinadores foi estabelecida na solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com base nas provisões matemáticas equivalentes de cada patrocinador em 31/12/2009.

IV. O valor atribuível a cada participante e assistido foi estabelecido pela proporcionalidade do benefício efetivo ou projetado em 31/12/2012, conforme a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, sendo que os critérios de pagamento e alocação para os participantes e assistidos estão previstos no Regulamento do plano.

V. O Fundo é rentabilizado mensalmente pelo retorno dos investimentos do plano.

VI. Apresentamos a seguir a posição dos valores distribuídos e os pagamentos efetuados até 31.12.2015:

Descrição	Patrocinadoras			Participantes	TOTAL FUNDO
	DURATEX	ITAUTEC	ITAÚSA EMPREENHIMENTOS	(Ativos/Assist/Autop)	
Saldo Inicial em 31.12.2014	18.571	14.121	3.131	5.355	41.178
(-) Pagamentos p/ Patrocinadoras ¹	(16.791)	(12.768)	(2.831)	-	(32.390)
(-) Pagamentos p/ Assisitidos ¹	-	-	-	(3.931)	(3.931)
(-) Reversões ²	-	-	-	(773)	(773)
+ Constituição para distrib. Futura ³	7.666	5.830	1.292	2.269	17.057
+ Atualização	1.648	1.254	278	482	3.662
Saldo Final em 31.12.2015	11.094	8.437	1.870	3.402	24.803



¹ A distribuição foi iniciada no mês de mar/2013, conforme Portaria nº 36, de 25.01.13, publicada no D.O.U. de 28.01.13.

² Refere-se ao valor dos participantes Ativos que é transferido mensalmente para Reserva de Benefícios a Conceder.

³ Valor disponível para distribuição futura cujo processo está na PREVIC para aprovação.

PLANO PAI

I. Corresponde aos valores dos saldos das contas das patrocinadoras não utilizadas pelos participantes em função de sua opção no momento do desligamento do Plano. Esses valores podem ser utilizados para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras para o Plano de forma solidária, a exceção da Fundação Itaúsa Industrial, conforme previsto no convênio de adesão firmado entre estas e o plano. Abaixo a composição do Fundo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	Fundação ITAÚSA Industrial		2015	Fundação ITAÚSA Industrial		2014
	Demais Empresas			Demais Empresas		
Saldo Inicial	71	515.773	515.844	64	461.074	461.138
+ Constituições	-	10.576	10.576	-	10.607	10.607
(-) Reversões	(5)	(10.034)	(10.039)	-	(9.492)	(9.492)
Rendimento	10	69.487	69.497	7	53.584	53.591
Saldo Final	76	585.802	585.878	71	515.773	515.844

(B) FUNDO ADMINISTRATIVO

Destinado ao custeio das despesas com administração da gestão previdencial dos planos de benefícios (Plano BD e Plano PAI) e de investimentos (Plano BD), é constituído com recursos das patrocinadoras (Plano BD e PAI) e dos participantes (Plano PAI).

NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

Podem ser consideradas Partes Relacionadas da Fundação Itaúsa Industrial: os Participantes; as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio do Convênio de Adesão para oferecimento dos planos administrados pela Fundação aos seus funcionários e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Fundação Itaúsa Industrial.

Em 31.12.2015, os Planos BD e PAI possuíam em sua carteira própria Debêntures da patrocinadora Duratex totalizando R\$ 227 e R\$ 1.092, respectivamente.



NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(A) PERFIS DE INVESTIMENTO

Foi aprovada pela PREVIC, através da Portaria nº 357, de 17 de julho de 2014, a alteração do regulamento do Plano PAI que traz no Capítulo IX a criação dos Perfis de Investimentos. Com isso, a Fundação Itaúsa Industrial passou a oferecer aos participantes e assistidos do Plano PAI as opções de perfis Conservador, Moderado e Agressivo.

O quadro abaixo demonstra as informações sobre os perfis em 31.12.2015:

Plano PAI - CNPB 20.010.017-38			
Perfil	Qte. Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidade
Conservador	7.317	1.214.272	13,44%
Moderado	1.721	243.936	10,40%
Agressivo	318	5.662	6,98%
Total	9.356	1.463.870	13,01%

A posição acima reflete as Reservas Matemáticas do Plano PAI-CD, distribuídas por perfis de investimento.

(B) PROCESSO FISCALIZATÓRIO DA PREVIC

No início de 2015, a Fundação Itaúsa Industrial passou por processo de fiscalização da PREVIC envolvendo todos os planos de benefícios em um procedimento que acontece regularmente nos fundos de pensão. O processo foi encerrado em 2016 e não foram encontradas ocorrências de irregularidades ou inconsistências relevantes nas operações da Entidade.

CAPÍTULO 2

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Próxima

Anterior



SUMÁRIO

Próxima

Anterior

Clique no nome do capítulo desejado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	42
PARECER ATUARIAL – PLANO PAI-CD	44
PARECER ATUARIAL – PLANO BD	47
PARECER DO CONSELHO FISCAL	56
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	57
RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	58
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO CD	63
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO BD	65
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	67

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Próxima

Anterior

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras

Fundação Itaúsa industrial

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaúsa Industrial (“Entidade”), doravante referidas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaúsa Industrial e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

São Paulo, 22 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

Próxima

Anterior

PARECER ATUARIAL – PLANO PAI-CD

Próxima

Anterior

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2015.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD são: Duratex S.A., Duratex Florestal Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Elekeiroz S.A., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec.Com Serviços S.A., Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A..

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Itaúsa Industrial, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas .

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Itaúsa Industrial aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 357 publicada no D.O.U. de 17/07/2014.

1 ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder	30/09/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	8.263
Idade média (em anos)	40,1
Tempo de serviço médio (em anos)	12,8
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	652

Benefícios Concedidos	30/09/2015
Número de aposentados válidos	405
Número de aposentados inválidos	
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	20
Número de pensionistas (grupos familiares)	

¹Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

2 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Por ser o Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.



REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Para a apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício foi utilizado o seguinte regime financeiro e método atuarial:

- Regime Financeiro - Capitalização
- Método atuarial - Capitalização Financeira

3 PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social é de R\$2.052.073.041,72.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.

4 PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.463.870.039,00
Provisões Matemáticas	1.463.870.039,00
<i>Benefícios Concedidos</i>	270.525.127,40
Contribuição Definida	270.525.127,40
Saldo de Conta de Assistidos	270.525.127,40
<i>Benefícios a Conceder</i>	1.193.344.911,60
Contribuição Definida	1.193.344.911,60
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	722.226.306,27
Saldo de Contas - Parcela Participantes	471.118.605,33
Fundos	588.203.002,72
Fundo Previdencial	585.877.522,02
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	585.877.522,02
Fundo Administrativo	2.325.480,70

7 PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do plano, estimadas em 1,60% da folha de salários dos participantes.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas para 2016 em valor equivalente a 0,94% da folha de salários de participantes serão custeadas observadas as regras estabelecidas no regulamento do plano.

PARTICIPANTES

Os participantes deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do plano, estimadas em 1,61% da folha de salários.

AUTOPATROCINADOS

As contribuições dos participantes autopatrocinados, definidas no regulamento do plano, foram estimadas em 0,51% da folha de salários dos participantes.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

8 CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuária responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Fundação Itaúsa Industrial com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Fundação Itaúsa Industrial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Towers Watson para tal destinatário.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.

Lenir Cavalcanti
Consultora Sênior

Samantha Redig
Atuária Sênior
MIBA nº 2.120



Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2015.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são: Duratex S.A., Duratex Florestal Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itaotec S.A., Itaotec.Com Serviços S.A. e Itaotec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação e pelas empresas, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas .

As patrocinadoras oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade entre todas as empresas dos compromissos referentes aos benefícios oferecidos pelo plano.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial encontra-se em extinção desde 30/09/2002 .

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 36 de 25/01/2013.

1 ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder	30/09/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	87
Idade média (em anos)	48,3
Tempo de serviço médio (em anos)	22,9
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	21

Benefícios Concedidos**30/09/2015**

Número de aposentados válidos	307
Idade média (em anos)	73,4
Valor médio do benefício	R\$ 2.449
Número de aposentados inválidos	44
Idade média (em anos)	68,1
Valor médio do benefício	R\$ 329
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	163
Idade média (em anos)	72,1
Valor médio do benefício	R\$ 1.421
Número de pensionistas (grupos familiares)	0
Idade média (em anos)	0
Valor médio do benefício	0

¹Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido




2 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação Itaúsa Industrial e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções nº 9 de 29/11/2012 e nº 15 de 19/11/2014 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juros	4,63% a.a.	4,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,27% a.a.	2,27% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada(2)	RRB-1944 modificada(2)

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Desligamento	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada
Elegibilidade ao INSS	30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem	30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
• Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Benefícios a conceder		
• Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ Tábuas específicas por sexo

² Desagravada em 70%

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções nº 9 de 29/11/2012 e nº 15 de 19/11/2014 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson realizou em novembro de 2015 estudo de aderência da taxa de juros do plano utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em dezembro de 2013 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,37% a.a. e com intervalo de confiança de 100%, suporte para adoção da taxa real de juros de 4,50% a.a para o plano de benefícios. Entretanto, de acordo com a resolução CGPC nº 26/2008, a taxa de juros a ser utilizada em caso de destinação e utilização de superávit corresponde à taxa máxima de juros real anual (5,63% a.a.) reduzida em um ponto percentual (4,63% a.a.). Com um intervalo de confiança de aproximadamente 100%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,63% a.a.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial informamos que a taxa real anual de juro de 4,63% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2015 por ser adequada às características da massa de participantes vinculados ao plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de despesas.



O estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira .

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções nº 9 de 29/11/2012 e nº 15 de 19/11/2014 e da Instrução nº 23 de 26/6/2015, apresentando o crescimento salarial real de 2,27% a.a .

O estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial.

A patrocinadora considera que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,27% a.a. reflete a sua expectativa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado , de acordo com as respectivas políticas de Recursos Humanos.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios , que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.



HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e desligamento da massa de participantes dos Planos de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, foram realizados, no exercício de 2013, estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Fundação Itaúsa Industrial. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2015 são as indicadas por esse estudo.



REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Regime de Capitalização e Método Agregado: Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria Especial/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Idade/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Invalidez/ BD-DX, Renda Mensal Vitalícia/ BD-DX, Prêmio por Aposentadoria/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social - COMAP/ BD-Itaúsa, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social - COMAP/ BD-Itautec, Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade, Auxílio Funeral/ BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/ BD-Itautec e Pecúlio por Morte/ BD-DX.

3 PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Fundação Itaúsa Industrial de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social é de R\$ 230.740.008,74.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Itaúsa para a manutenção de títulos marcados na curva, o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina a Resolução nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.

4 PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31/12/2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	205.778.838,88
Provisões Matemáticas	153.784.805,00
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>134.337.860,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	134.337.860,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	132.739.943,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.597.917,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>19.446.945,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	19.369.027,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	19.369.027,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	77.918,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	77.918,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	51.994.033,88
Resultados Realizados	51.994.033,88
Superávit Técnico Acumulado	51.994.033,88
Reserva de Contingência	30.295.606,58
Reserva Especial para Revisão de Plano	21.698.427,30
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	24.961.169,86
Fundos Previdenciais	24.802.827,45
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
Revisão cf. Processo Previc	7.745.855,19
Revisão Disponível para distribuição 2014	17.056.972,26
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundo Administrativo	158.342,41



Em 31/12/2009 houve destinação obrigatória e facultativa simultaneamente da Reserva Especial com a constituição do Fundo Previdencial para revisão do plano. Este fundo tem por finalidade a reversão dos valores às patrocinadoras, participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido. Os critérios para utilização dos Fundos foram aprovados pela Previc por meio da Portaria nº 36, de 25/01/2013, publicada no D.O.U. de 28/01/2013.



A reversão de valores para as patrocinadoras está sendo feita desde março de 2013, em 36 parcelas mensais iguais.



Para os participantes e assistidos a destinação está sendo efetuada em conformidade com os critérios aprovados pela Previc, considerando o benefício efetivo dos ativos e o pago aos assistidos, observadas as disposições regulamentares vigentes.

Nos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 o plano apresentou Reserva Especial.

A entidade, suas patrocinadoras e a Towers Watson decidiram por não efetuar a destinação e utilização do recursos para revisão do plano em 31/12/2013, uma vez que verificou-se em estudo realizado com a taxa de desconto de 3,5% a ser obrigatoriamente utilizada a partir de 2018, conforme determinava a Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 alterada pela Resolução CGPC nº 10 de 19/12/2012, que não haveria registro de reserva especial e portanto com base no Art 9º da Resolução nº 26, de 29/11/2008, não indicava a perenidade das causas que deram origem ao superávit.

Tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 15 e da Resolução CNPC nº 16 de 19/11/2014 que extinguiu a obrigatoriedade da utilização da taxa de desconto de 3,5% a partir de 2018, o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios consecutivos foi destinado em 2014.

Em 2014, foram constituídos Fundos Previdenciais para destinação da Reserva Especial que, em 31/12/2015 montam a R\$ 14.776.269,62 referente à parcela da Patrocinadora e R\$ 2.280.702,64 referente à parcela dos Participantes e Assistidos, totalizando R\$ 17.056.972,26 no Fundo Previdencial de Revisão Disponível para distribuição 2014. Os critérios para utilização deste fundo encontram-se em análise pela Previc.

Ambos os Fundos Previdenciais têm por finalidade a reversão dos valores às patrocinadoras, participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido, na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008.

5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = (10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$$

Para o Plano de Benefício Definido, temos:

Duração do Plano em 2014	Provisões Matemáticas	Limite Máximo	Limite pela Fórmula	Menor Limite
9,7 anos	R\$ 153.784.805,00	25%	$10\% + (1\% \times 9,7) = 19,7\%$	19,7%

Uma vez que o limite de 19,7% calculado pela fórmula é menor que 25%, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a $19,7\% \times R\$ 153.784.805,00 = R\$ 30.295.606,58$.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar a sua concessão e manutenção.

6 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o artigo no 28 - A da Resolução CGPC nº 26/2008, torna-se obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, na situação de distribuição de superávit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que a reserva especial do Plano de Benefício Definido não será destinada em 31/12/2015, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

7 VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado para 31/12/2015 pelo método de recorrência.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	153.784.805,00	157.949.649,39	(2,64%)
Benefícios Concedidos	134.337.860,00	136.919.729,38	(1,89%)
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	134.337.860,00	136.919.729,38	(1,89%)
Benefícios a Conceder	19.446.945,00	21.029.920,01	(7,53%)
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	19.446.945,00	21.029.920,01	(7,53%)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos reduziram quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, devido ao aumento na taxa de juros de 4,50% em 2014 para 4,63% a.a. em 2015.



8 CUSTO DO PLANO

Tendo em vista a adoção do método agregado na avaliação dos benefícios oferecidos pelo plano e a situação financeira favorável na data da avaliação, não recomendamos contribuição para o exercício de 2015.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas de 2016 em valor equivalente a 11,68% da folha de salários de participantes serão custeadas pelo retorno dos investimentos e pelo Fundo Administrativo, enquanto houver recursos neste.



9 CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuária responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido, proveniente da unificação dos Planos de Benefícios BD-DX, BD-Itaúsa e BD Itaotec da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Fundação Itaúsa Industrial com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Fundação Itaúsa Industrial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Towers Watson para tal destinatário.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.

Lenir Cavalcanti
Consultora Sênior

Samantha Redig
Atuária Sênior
MIBA nº 2.120

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Próxima

Anterior

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL, nos termos do art. 15, inciso I do Estatuto Social, após exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, são de opinião que referidos documentos refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2015.

Dessa forma, os membros deste Conselho Fiscal, no desempenho de suas atribuições estatutárias, recomendam sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 04 de março de 2016.

Presidente: Irineu Govêa

Conselheiros:

Antonio Borges da Costa
João Batista Cardoso Sevilha
Luiz Carlos Bunese
Ricardo Garcia de Souza

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Próxima

Anterior

Em conformidade com o disposto no artigo 11, § 4º, alínea 'f', do Estatuto Social, o Conselho Deliberativo analisou o parecer lavrado pelo Conselho Fiscal em livro próprio em reunião realizada em 4 de março de 2016.

Analisados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Avaliação e Pareceres Atuariais, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, e a carta da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes emitida em 07.03.2016, o Conselho Deliberativo concluiu pela exatidão de todos os documentos examinados, que, corroborados com os termos da referida carta, ficam aprovados na íntegra.

São Paulo, 07 de março de 2016.

Presidente: João Jacó Hazarabedian

Vice-presidente: Marcos Antonio De Marchi

Conselheiros:

Álvaro Penteado de Castro
Carlos Roberto Zanelato
Francisco de Assis Guimarães
Ivan Caetano Diniz de Mello



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Próxima

ALOCAÇÃO DOS ATIVOS POR CARTEIRA E SEGMENTO

em milhares de reais

Anterior

Carteira de Investimentos - TOTAL	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Carteira de Investimentos - Própria								
Segmento								
Renda Fixa	65.545	86,5%	65.034	91,5%	511	10,9%	-	-
Operações com Participantes	6.051	8,0%	6.051	8,5%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais/ Recursais	4.184	-	-	-	4.184	-	-	-
TOTAL - Carteira Própria	75.780	100,0%	71.085	100,0%	4.695	100,0%	-	-
Carteira de Investimentos - Terceirizada								
Segmento								
Renda Fixa	2.174.402	98,3%	1.941.168	98,1%	230.115	100,0%	3.119	100,0%
Renda Variável	38.023	1,7%	38.023	1,9%	-	-	-	-
TOTAL - Carteira Terceirizada	2.212.426	100,0%	1.979.192	100,0%	230.115	100,0%	3.119	100,0%
Carteira de Investimentos - TOTAL								
Segmento								
Renda Fixa	2.239.947	97,9%	2.006.202	97,9%	230.626	98,2%	3.119	100,0%
Renda Variável	38.023	1,7%	38.023	1,9%	-	-	-	-
Operações com Participantes	6.051	0,3%	6.051	0,3%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais/ Recursais	4.184	-	-	-	4.184	-	-	-
Total dos Investimentos	2.288.206	100,0%	2.050.277	100,0%	234.810	100,0%	3.119	100,0%

COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS



Carteira de Investimentos		% sobre Total		% sobre Total		% sobre Total		% sobre Total
Títulos Públicos	1.294.658	56,7%	1.103.422	53,8%	189.511	82,2%	1.725	55,2%
LTN / NTN F	177.299	7,8%	166.030	8,1%	11.221	4,9%	47	1,5%
LFT	343.172	15,0%	339.315	16,5%	3.843	1,7%	14	0,5%
NTNB	203.290	8,9%	29.814	1,5%	173.476	75,2%	-	-
Caixa/Op Comp.	570.897	25,0%	568.263	27,7%	971	0,4%	1.664	53,3%
Títulos Privados	945.251	41,4%	902.739	44,0%	41.115	17,8%	1.397	44,8%
CDB	34.424	1,5%	25.065	1,2%	9.279	4,0%	081	2,6%
LF	801.123	35,1%	799.922	39,0%	-	-	1.201	38,5%
Debênture	65.313	2,9%	33.704	1,6%	31.604	13,7%	05	0,1%
FIDC	11.519	0,5%	11.276	0,5%	232	0,1%	11	0,3%
Outros	32.872	1,4%	32.773	1,6%	-	-	99	3,2%
Ações	38.023	1,7%	38.023	1,9%	-	-	-	-
Empréstimos	6.145	0,3%	6.145	0,3%	-	-	-	-
Consolidado	2.284.078	100,0%	2.050.330	100,0%	230.626	100,0%	3.122	100,0%



Carteira de Investimentos - TERCEIRIZADA	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
DECOMPOSIÇÃO POR SEGMENTO / FUNDOS								
Renda Fixa	2.174.365	98,3%	1.941.128	98,1%	230.115	100,0%	3.122	100,0%
Fundos Exclusivos	2.138.999	96,7%	1.905.763	96,3%	230.115	100,0%	3.122	100,0%
13.482.677/0001-55 - STAR FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	172.733	7,8%	172.733	8,7%	-	-	-	-
10.366.827/0001-77 - ITAÚSA INDUSTRIAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	690.056	31,2%	690.056	34,9%	-	-	-	-
03.618.274/0001-37 - NASHIRA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	911.736	41,2%	908.614	45,9%	-	-	3.122	-
19.941.929/0001-43 - WESTERN ASSET NEWPORT NEWS FI MULTIMERCADO	134.360	6,1%	134.360	6,8%	-	-	-	-
05.575.512/0001-08 - CARTAGENA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO PREVIDENCIÁRIO	230.115	10,4%	-	-	230.115	100,0%	-	-
Fundos Abertos	35.365	1,6%	35.365	1,8%	-	-	-	-
08.702.798/0001-25 - BRADESCO INSTITUCIONAL FICFI RENDA FIXA IMA-B	35.365	1,6%	35.365	1,8%	-	-	-	-
Renda Variável	38.023	1,7%	38.023	1,9%	-	-	-	-
Fundos Abertos	38.023	1,7%	38.023	1,9%	-	-	-	-
10.263.609/0001-07 - ITAÚ PERSONNALITÉ MOMENTO FIC AÇÕES	1.355	0,1%	1.355	0,1%	-	-	-	-
16.718.302/0001-30 - ITAÚ MOMENTO 30 FIC AÇÕES	7.170	0,3%	7.170	0,4%	-	-	-	-
11.977.794/0001-64 - BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	29.498	1,3%	29.498	1,5%	-	-	-	-
Total	2.212.388	100,0%	1.979.151	100,0%	230.115	100,0%	3.122	100,0%



QUADRO COMPARATIVO DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS X RESOLUÇÃO CMN 3.792 DE SETEMBRO DE 2009



Segmento	Resolução CMN 3.792/2009 Limites Máximos	Conservador		Moderado		Agressivo	
		% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos
		Limites Máximos		Limites Máximos		Limites Máximos	
Renda Fixa	Até 100%	99,66%	Até 100%	85,71%	Até 100%	70,49%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	0%	14,29%	Até 17,5%	29,51%	Até 35%
Operações com Participantes	Até 15%	0,34%	3%	0,00%	0%	0,00%	0%

Comentários: Não foram observados desenquadramentos em relação a Política de Investimentos e a Resolução CMN 3.792 de setembro de 2009.

Segmento	Resolução CMN 3.792/2009 Limites Máximos	Plano BD	Política de Investimentos	PGA	Política de Investimentos
		% observado	Limites Máximos	% observado	Limites Máximos
Renda Fixa	Até 100%	100,00%	Até 100%	100%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	Até 5%	0%	0%
Operações com Participantes	Até 15%	0,00%	Até 3%	0%	0%

DESPESAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO

em milhares de reais

Despesas Administrativas por Tipo	2015
Pessoal e Encargos	2.064
Sistemas de Informações	694
Tributos	408
Comunicação/Educação Previdenciária	300
Taxa de custódia	287
Infraestrutura	283
Avaliação atuarial	174
Serviços Financeiros	107
Auditorias	97
Contribuições às associações de classe	82
Honorários advocatícios	73
Consultorias	64
Rateio de Custos Comuns	41
Outras Despesas	27
Despesas de Expediente	7
TOTAL	4.708

Despesas que não transitam pelo resultado

Taxa de administração e custódia	1.654
Taxas ANBID/CETIP/CVM/SELIC	570
Corretagens e outras despesas	36



Despesas Administrativas por Plano/Gestão

	2014	2015
Gestão Previdencial		
Plano PAI-CD	2.618	2.546
Plano BD	360	391
TOTAL	2.978	2.937
Gestão dos Investimentos		
Plano PAI-CD	1.771	1.633
Plano BD	131	138
TOTAL	1.902	1.771
TOTAL Despesas Administrativas		
Plano PAI-CD	4.389	4.179
Plano BD	491	529
TOTAL	4.880	4.708
Indicadores de Desempenho		
Despesas Administrativas	4.880	4.708
Investimentos	2.116.076	2.284.022
% Despesas Administrativas / Investimentos (a.a.)	0,23%	0,21%



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO CD

Próxima

Anterior

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:		FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício :		2015
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:		-
4. Plano de Benefício :		Plano de Aposentadoria Individual
5. Índice de Referência do Plano :	Indexador - IPCA	Taxa de Juros - 4,50% a a
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:		
6.1. Renda Fixa:		
6.2. Renda Variável:		Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:		
6.4. Financiamentos:		
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes :		(x) Meio Eletrônico () Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8.1. Conservador - Margem de Alocação			9.1. Conservador - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	97,0	100,0	99,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	0,0	0,0	0,0	
Investimentos Estruturados	0,0	0,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	0,0	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	3,0	1,0	

Alocação dos Recursos	8.2. Moderado - Margem de Alocação			9.2. Moderado - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	75,0	87,5	85,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	12,5	17,5	15,0	
Investimentos Estruturados	0,0	5,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	2,50	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	

Alocação dos Recursos	8.3. Agressivo - Margem de Alocação			9.3. Agressivo - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	47,0	75,0	70,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	25,0	35,0	30,0	
Investimentos Estruturados	0,0	10,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	5,00	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	



10. Objetivos da gestão

Em 2014 houve implementação de Perfis de Investimentos, permitindo aos participantes escolher dentre 3 carteiras com relação risco/retorno esperado distintas. As alocações objetivo foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando a elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentações táticas de acordo com as condições de mercado, mas obedecendo as faixas de alocação permitidas para cada perfil. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar uma nova alocação alvo dentro dos limites de alocação de cada segmento e cada perfil.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

Serão elegíveis os gestores de investimento que reconhecidamente operem em um ambiente de excelência em governança e controle de risco, e que ofereçam custos competitivos de acordo com os padrões do mercado. Para tal, a Entidade deverá seguir os procedimentos abaixo relacionados: Deverá ser feita uma prospecção no mercado sobre os gestores em questão; Realização de Due Diligence; -Se reunir com a equipe de gestão para entender seus processos, conhecer seus perfis e demais aspectos pertinentes à organização, oportunidade que poderá ser visitado o local da gestão para conhecer a estrutura física, bem como, os demais participantes da equipe; Elaborar um relatório final e submeter à Diretoria Executiva para aprovação. Como condição de elegibilidade dos gestores de investimento, somente serão aceitos fundos que se proponham a disponibilizar a composição da carteira atualizada em período pré-acordado e/ou a qualquer momento quando solicitado pela Entidade. Todo o processo de seleção quantitativo deverá ser sempre claro e auditável, para isso é necessário que seja utilizado ferramental adequado e que se mantenha o histórico documental do processo. Além dos critérios de "Tracking Error", "Information Ratio" e "Índice de Sucesso", é recomendado que os fundos de gestão ativa selecionados sejam avaliados em relação a sua rentabilidade e volatilidade. As avaliações quantitativas utilizarão dados de, no mínimo, 12 meses.

RESTRIÇÕES: Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam patrimônio líquido menor do que R\$ 50 milhões; Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam histórico de cotas com periodicidade menor de 12 meses; O valor investido em fundos condominiais não deverá representar mais do que 20% do patrimônio líquido desse; Serão elegíveis apenas os gestores que deem acesso detalhado à composição de sua carteira para fins de cálculo de risco e enquadramento sempre que necessário. Exceções às restrições listadas poderão ser analisadas pela Diretoria Executiva. No entanto, deverão ser justificadas e arquivadas junto ao histórico documental do processo.

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios sócio-ambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 23 de dezembro de 2015

Flavio Marassi Donatelli
Diretor

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO BD

Próxima

Anterior

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:		FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício :		2015
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:		-
4. Plano de Benefício :		'Plano de Benefício Definido
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício :	Indexador - INPC	Taxa de Juros - 4,50% a a
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:		
6.1. Renda Fixa:		
6.2. Renda Variável:		Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:		
6.4. Financiamentos:		
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes :		(<input checked="" type="checkbox"/>) Meio Eletrônico (<input type="checkbox"/>) Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Conservador - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	92	100	99	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	5	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	3	0	
Imóveis	0	0	0	

10. Objetivos da gestão

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, através da superação da taxa INPC + 4,75% aa, meta atuarial do plano. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento, ou com base na estratégia de gestão definida para o horizonte de tempo vigente nesta política. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar os benchmarks definidos para o plano. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.



Próxima



Anterior

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 23 de dezembro de 2015

Flavio Marassi Donatelli
Diretor

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Próxima

Anterior

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício :	2015
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:	-
4. Plano de Benefício :	Plano de Gestão Administrativa
5. Índice de Referência do Plano	CDI
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:	
6.1. Renda Fixa:	
6.2. Renda Variável:	Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:	
6.4. Financiamentos:	
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes :	(x) Meio Eletrônico () Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	100	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	
Imóveis	0	0	0	

10. Objetivos da gestão

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade destinados a cobertura das despesas administrativas devem ser alocados em um fundo administrativo, que será feita de forma segregada (por plano) com uma parcela destinada às despesas específicas que competem a cada plano. A Fundação Itaúsa Industrial acompanhará o desempenho dos investimentos e poderá realizar estudos de otimização visando à obtenção das metas de longo prazo.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.



12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 23 de dezembro de 2015

Flavio Marassi Donatelli
Diretor